

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.080 - SC (2019/0277404-4)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : 101 BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADOS : BERNARDO LINHARES MARCHESINI - SC025346
LEONARDO JOSÉ ROESLER - SC035660
JEAN RODRIGUES SALLES - SC036267
AGRAVADO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORE : JOCELIA APARECIDA LULEK - SC022887B
S
LEANDRO DA SILVA ZANINI - SC010219

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que inadmitiu o Recurso Especial considerando: a) não cabimento de Recurso Especial contra acórdão que defere ou indefere medida liminar (Súmula 735/STF); b) os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão combatido; c) ausência de prequestionamento; d) impropriedade da via eleita quanto à alegada violação da Súmula Vinculante 24; e) impossibilidade de interposição de Recurso Especial por suposta inobservância de dispositivos constitucionais; f) em relação à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, não foi realizado o cotejo analítico entre os julgados confrontados.

A agravante alega, em breve síntese: a) não incide o óbice da Súmula 735/STF, uma vez que não se trata de antecipação de tutela, mas de medida cautelar; b) está demonstrada a clareza da fundamentação e a presença do prequestionamento; c) o juízo de admissibilidade feito pelo Tribunal *a quo* deve se limitar aos requisitos extrínsecos do Recurso Especial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 720-722, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 14.10.2019.

A irresignação não merece prosperar.

A Corte de origem (fls. 693-700, e-STJ) inadmitiu o Recurso Especial de fls. 617-637, e-STJ, considerando: a) não cabimento de Recurso Especial contra acórdão que defere ou indefere medida liminar (Súmula 735/STF); b) os argumentos expendidos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão combatido; c) ausência de prequestionamento; d) impropriedade da via eleita quanto à alegada violação da Súmula Vinculante 24; e) impossibilidade de interposição de Recurso Especial por suposta inobservância de dispositivos constitucionais; f) em relação à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, não foi realizado o cotejo analítico entre os julgados confrontados.

Nas razões do Agravo em Recurso Especial (fls. 702-717, e-STJ), todavia, a recorrente não impugnou todos os fundamentos da decisão recorrida. Limita-se a afirmar que não incide o óbice da Súmula 735/STF e que está demonstrada a clareza da fundamentação e o prequestionamento. Aduz, genericamente, que o juízo de admissibilidade feito pelo Tribunal *a quo* deve se limitar aos requisitos extrínsecos do Recurso Especial, porém, não impugna os seguintes argumentos: a) impropriedade da via eleita quanto à alegada violação da Súmula Vinculante 24; b) impossibilidade de interposição de Recurso Especial por suposta inobservância de dispositivos constitucionais; c) em relação à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, não foi realizado o cotejo analítico entre os julgados confrontados.

Em 19.9.2018, no julgamento dos EAREsp 701.404/SC, EAREsp 746.775/PR e EAREsp 831.326/SP, a Corte Especial reiterou a orientação, assente do STJ, de que é necessária "a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do Recurso Especial, sob pena de permanecerem incólumes os que não foram objeto de contestação" (EAREsp 701.404/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30.11.2018).

Ainda nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. ADENTRAR AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. É possível o juízo de admissibilidade adentrar o mérito do recurso, na medida em que o exame da sua admissibilidade, pela alínea "a", em face dos seus pressupostos constitucionais, envolve o próprio mérito da controvérsia. Incidência da Súmula 123 do STJ. Precedentes.

2. Os agravantes apontaram como vícios do acórdão recorrido: 1) a equivocada decretação da prescrição, com extinção da execução, em razão da existência de precatório pendente de adimplemento em favor da parte autora; e 2) os honorários sucumbenciais são verba acessória, o que inviabiliza a extinção do feito da forma como veio a decisão agravada.

3. Todavia, não houve demonstração de como esses supostos vícios teriam o condão de infirmar a conclusão a que se chegou no acórdão recorrido e porque os fundamentos nele adotados não seriam suficientes para decidir a lide, de modo que não ficou atendido o requisito da impugnação específica.

4. A parte recorrente deve fazer a impugnação específica de todos os fundamentos adotados pela decisão de inadmissibilidade, sob pena de não conhecimento do agravo. Precedentes.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl

no AREsp 849.303/RS, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28.6.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS. ART. 932, III, DO CPC/2015 E ART 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO RISTJ. PRECEDENTES. MATÉRIA DECIDIDA PELA CORTE ESPECIAL. EARESP Nº 746.775/PR. IMPUGNAÇÃO TARDIA EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial alegando, dentre outros motivos, que não seria possível a interposição do recurso para alegar ofensa à Súmula nº 85/STJ, por não estar referida espécie compreendida na expressão lei federal, constante nas alínea "a", "b", ou "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal. Nas razões do agravo em recurso especial, os agravantes não impugnaram de forma específica referido fundamento.

2. Verifica-se, pois, que os agravantes deixaram de impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso, razão pela qual o agravo em recurso especial não pode ser conhecido, a teor do art. 932, III, do CPC/2015, bem como do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ. Precedentes.

3. A Corte Especial deste Tribunal Superior, ao julgar o EAREsp nº 746.775/PR, cujo julgamento foi concluído na sessão realizada em 19/09/2108, ratificou referido entendimento e estabeleceu a necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de não conhecimento do agravo.

4. A tentativa de suprir falha de impugnação, através do agravo interno, de fundamento do juízo negativo de admissibilidade não impugnado nas razões do agravo em recurso especial, constitui verdadeira inovação recursal inviável em razão da ocorrência da preclusão consumativa.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.335.756/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.11.2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À TOTALIDADE DOS FUNDAMENTOS ADOTADOS PELA DECISÃO QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar,

especificamente, a totalidade do conteúdo da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial, sob pena de incidir o óbice contido na Súmula 182/STJ. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (EAREsp 701.404/SC e o EAREsp 831.326/SP).

2. A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial (somente por ocasião do manejo de agravo regimental), além de caracterizar inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.463.598/SC, Rel. Min. Sérgio Kulina, Primeira Turma, DJe 25.6.2019)

Diante do exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**
Publique-se.
Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator